
The background of the cover is a dramatic sunset or sunrise over a battlefield. The sky is a mix of orange, yellow, and dark grey, with some lens flare effects. In the foreground, the silhouettes of several medieval warriors are visible. Some are on horseback, holding long spears and swords. Others are on foot, also armed. The overall mood is one of historical action and conflict.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

The background of the cover features a dark, atmospheric scene of medieval warriors in silhouette. They are engaged in battle, with various weapons like swords, axes, and spears raised. The scene is set against a lighter, hazy background, possibly a battlefield at dawn or dusk. The overall tone is dramatic and historical.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S478 Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-650-8

DOI 10.22533/at.ed.508201112

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Conhecer, é estabelecer sentido. O ato de viver, quando ultrapassa a esfera da sobrevivência, é portanto o ato de conhecer e dar sentido ao mundo e as pessoas. Esse conhecimento não é abstrato, visto que o modo com que nos relacionamos com o conhecimento tem um impacto direto no processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos os espaços de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie de conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade uma reflexão constante sobre todo esse processo de construção de verdades e sentidos do pensamento humano sobre o mundo. Se pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos, esse também é um espaço que deve ser foco de estudos e reflexões. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e entendimento de que os sujeitos estão a todo momento dando sentido à sua realidade (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência de mundo e do conhecimento) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que os saberes históricos constroem seus significados e sua relevância para as pessoas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura
Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“NÃO FORAM OS DEUSES, NEM FOI A MORTE DE DEUS, NÃO FOI O JABÁ DA ACADEMIA QUE MATOU A POESIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA PÓS-MODERNIDADE

Marlon Jose Gavlik Mendes

DOI 10.22533/at.ed.5082011121

CAPÍTULO 2..... 13

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXIANA NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DE TRABALHO ANTE A OPRESSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Renata Reis de Lima

Jenucy Espíndula Brasileiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011122

CAPÍTULO 3..... 23

A FAMÍLIA COMO BASE: NACIONALISMO, EXÉRCITO E EDUCAÇÃO

Felipe Varzea Lott de Moraes Costa

DOI 10.22533/at.ed.5082011123

CAPÍTULO 4..... 33

EL FERROCARRIL, PARAJES DE LA HISTORIA EN EL NORTE DE MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

Lidia G. Sandoval Rivas

Luis Herrera Terrazas

DOI 10.22533/at.ed.5082011124

CAPÍTULO 5..... 44

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA

Nadine Borges

Wilson Madeira Filho

Ana Motta Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011125

CAPÍTULO 6..... 58

A MORADA NORDESTINA: A ARQUITETURA COMO PARTE DA PAISAGEM E INDENTIDADE

Gabriela de Sousa Vieira

Miriam Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5082011126

CAPÍTULO 7..... 68

AS MARAVILHAS EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406)*

Jorge Luiz Voloski

Sofia Alves Cândido da Silva

Lucas Vieira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5082011127

CAPÍTULO 8	82
AS MARCAS DA DITADURA NO CONTEXTO SOCIAL DA HISTÓRIA E SUAS SOMBRAS NA CONTEMPORANEIDADE Daniel de Oliveira Perdigão DOI 10.22533/at.ed.5082011128	
CAPÍTULO 9	86
ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ROGER CHARTIER Odair Vieira da Silva DOI 10.22533/at.ed.5082011129	
CAPÍTULO 10	99
ASTRONOMIA CULTURAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE E SOB OS CÉUS DO BRASIL Flavia Pedroza Lima Rundsthen Vasques de Nader DOI 10.22533/at.ed.50820111210	
CAPÍTULO 11	106
BELEZA NAS ALTURAS: AEROMOÇAS E UNIFORMES NA ESTÉTICA DO BEM VESTIR Felipe Bastos Maranezi Natalia Scarabeli Zancanari DOI 10.22533/at.ed.50820111211	
CAPÍTULO 12	116
CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940) Leticia Souto Pantoja DOI 10.22533/at.ed.50820111212	
CAPÍTULO 13	135
CHRISTINE DE PIZAN E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA Carmem Lúcia Druciak DOI 10.22533/at.ed.50820111213	
CAPÍTULO 14	146
CIDADE SINOP, MATO GROSSO: NO/PELO DISCURSO DO IMPRESSO JORNAL HOJE, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA DE PROGRESSO E OPORTUNIDADE Leandro José do Nascimento DOI 10.22533/at.ed.50820111214	
CAPÍTULO 15	159
CINEMA, HISTÓRIA E CRÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE ÉLIE FAURE Erivan Cassiano Karvat DOI 10.22533/at.ed.50820111215	

CAPÍTULO 16.....	171
CONSERVADORES X MODERNISTAS: OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS PROTESTANTES ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX	
José Roberto de Souza Paulo Julião da Silva Stefano Alves dos Santos Josielson Lira Matos	
DOI 10.22533/at.ed.50820111216	
CAPÍTULO 17.....	183
DIALÉTICA CULTURAL ESPIRALADA: <i>CONSTRUCTO</i> PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Nicolas Theodoridis	
DOI 10.22533/at.ed.50820111217	
CAPÍTULO 18.....	194
INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA	
Mariane Oliveira Nunes Valéria Amim	
DOI 10.22533/at.ed.50820111218	
CAPÍTULO 19.....	203
MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NA DÉCADA DE 1980, MEMÓRIA E IDENTIDADE, A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NAS VOZES DA COMUNIDADE JAPERIENSE COMO UMA HISTÓRIA PÚBLICA	
Adna Gomes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111219	
CAPÍTULO 20.....	214
O CÉU DO INDÍGENA BRASILEIRO - UMA ASTRONOMIA CULTURAL	
Marcelo Augusto do Amaral Ferreira Rundsthen Vasques de Nader Luiz Carlos Borges	
DOI 10.22533/at.ed.50820111220	
CAPÍTULO 21.....	220
O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE	
Miguel Castro	
DOI 10.22533/at.ed.50820111221	
CAPÍTULO 22.....	243
O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960	
Hemelita da Silva e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111222	

CAPÍTULO 23	255
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS HISTÓRICOS (1980-2008)	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111223	
CAPÍTULO 24	268
PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA OU UM ESTADO TRANSITÓRIO EM DIREÇÃO A UM NOVO <i>MAINSTREAM</i> PÓS-NEOCLÁSSICO?	
Marcelo de Carvalho Azevedo Anache	
Luiz da Costa Laurencel	
Carlos Benevenuto Guisard Koehler	
DOI 10.22533/at.ed.50820111224	
CAPÍTULO 25	277
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS NA FESTA DA SANTA CRUZ PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL	
Ana Cristina de Lima Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111225	
CAPÍTULO 26	284
UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980	
Guilherme José Motta Faria	
DOI 10.22533/at.ed.50820111226	
CAPÍTULO 27	299
VISITAÇÕES TUMULARES E SIGNOS DE COMUNICAÇÃO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA E SENSÍVEL	
Marcia Regina de Oliveira Lupion	
DOI 10.22533/at.ed.50820111227	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	310
ÍNDICE REMISSIVO	311

CAPÍTULO 12

CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940)

Data de aceite: 01/12/2020

Leticia Souto Pantoja

Unifesspa. Faced. Belém. Pará.
<http://lattes.cnpq.br/6196152127043816>

RESUMO: São investigadas diferentes vertentes do processo de ocupação e expansão territorial da cidade de Belém, ocorrido entre 1915 e 1940, a saber: as interferências ocasionadas pela nova conjuntura econômica instaurada após a perda da hegemonia no comércio internacional da borracha no Pará sobre a constituição da paisagem cidadina; as questões demográficas que envolveram a continuidade dos fluxos de imigrantes para a capital do Estado do Pará, o movimento crescente da especulação imobiliária decorrente da ocupação de áreas urbanas anteriormente classificadas como periferias e / ou periferias. Ao mesmo tempo, discute-se a incorporação de alguns indícios da modernidade brasileira ao cenário belemite, muitos deles decorrentes da intensificação do movimento de industrialização nacional. Nesse sentido, destaca-se a introdução de artefatos tecnológicos na área de transporte, mídia e fontes de energia que subsidiavam a vida urbana. Paralelamente, analisa-se as relações quotidianas que os munícipes estabeleceram em face da consolidação do uso desses artefatos, especialmente dos bondes elétricos e automóveis, bem como, os múltiplos impactos do consumo de uma cultura de massa veiculada

pela sociabilidade dos cinemas, teatros e rádio.
PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Belém, urbanização, modernidade, sociedade.

PATHS OF MODERNITY: THE AMAZON UNDER THE SIGNS OF AN ACCELERATED TIME

ABSTRACT: Different areas of the process of occupation and territorial expansion of the city of Belém, which occurred between 1915 and 1940, are investigated, namely: the interference caused by the new economic situation established after the loss of the hegemony in the international rubber trade in Para, demographic issues that involved the continuity of the immigrant flows to the capital of the State of Pará, the movement of real estate speculation resulting from the occupation of the urban areas previously classified as suburbs and / or suburbs. At the same time, the incorporation of some signs of Brazilian modernity from 1920 to 1940 into the Belemite city scenario is discussed, many of which stem from the intensification of the national industrialization movement. In this sense, emphasis is placed on the introduction of technological artifacts in the area of transportation, the media and energy sources that subsidized urban life. Nonetheless, we analyze the daily relationship that the citizens have developed with the consolidation of the use of trams and automobiles, as well as the consumption of a mass culture conveyed by the sociability of cinemas, theaters and radio.

KEYWORDS: Amazonia, urbanization, Belém, modernity, Society.

1 | BELÉM DO PARÁ, ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1940

Os anos que se seguiram ao apogeu do comércio extrativista do látex na Amazônia são considerados pela historiografia, décadas em que a região esteve imersa em um lento e agonizante quadro de decadência. Seja no âmbito econômico, político ou social, os diferentes discursos historiográficos apontam as nefastas consequências para a sociedade amazônica, da perda da hegemonia na produção e na comercialização internacional da *herbea brasilienses*. Tais estudos, majoritariamente realizados com base em pesquisas de documentos governamentais, dados censitários e registros comerciais, possibilitam a compreensão de algumas das diferentes dimensões que compuseram as realidades das principais cidades da região, destacando-se nesse quadro, Belém e Manaus, durante as décadas de 1920 a 1940.

Penteado (1968), Rocque (1973), Cruz (1974) e Santos (1980) compuseram os primeiros trabalhos que defenderam a tese da completa decadência regional, em razão do declínio do chamado “ciclo gomífero”, considerando-se o ano de 1912 como marco inicial desse processo, pelo fato de ter ocorrido aí o *crack* dos preços de venda da borracha nativa.

Referindo-se ao Pará e sua capital, Penteado (1968: 156) aponta os dez primeiros anos da grande crise como sendo uma década em que Belém viveu sob os efeitos imediatos do ciclo que se findara; ainda que conseguisse sobreviver, nos momentos de maiores dificuldades à custa de seu porto, de onde saíam poucas exportações.

“(…) Este aspecto que Belém apresentava era exatamente o resultado da evolução de que estamos tratando; a cidade se ressentia da falta de solução de inúmeros problemas insolúveis, como a falta de higiene de várias de suas áreas, onde junto a baía do Guajará, a linha do cais não completada permitia que, nos igarapés, durante a maré baixa, ficassem a mostra detritos de toda a sorte; ressentia-se ainda a capital paraense de uma série de outras deficiências, tais como a má qualidade da água potável, da limpeza pública, da rede de esgotos, etc.”

Nessa perspectiva, os problemas sanitários e de infra-estrutura urbana não solucionados no período entre-guerras ilustravam a condição geral da economia da região: desorganizada, em termos fiscais e administrativos, com baixa arrecadação de impostos, insolvência no setor comercial, desempregos e proliferação da pobreza.

Santos (1980: 239) postula que houve um grande colapso econômico em toda a região amazônica, o qual pôde ser observado de forma mais intensa no período de 1911 a 1914, no Pará e Amazonas. Nesses anos ocorreram sucessivas falências de casas comerciais em Manaus e Belém, desativaram-se seringais em diversas regiões do interior dos estados e caiu vertiginosamente o preço da borracha.

Com a queda dos preços e a diminuição das exportações, os prejuízos desencadeados foram múltiplos, abrangendo desde o crescimento do êxodo populacional,

em virtude do fechamento de seringais, a crise de abastecimento de certos gêneros, o aumento de doenças diretamente vinculadas aos níveis de nutrição da população urbana até a desvalorização de bens diversos, tais como lanchas e vapores que se tornaram ociosos, por não terem mais o que transportar.

De forma enfática Santos (1980: 240) afirma que os segmentos que sofreram maior impacto com esse processo foram compostos pelos grupos mais ligados ao mercado de exportação e à vida urbana (seringalistas, acionistas de bancos, exportadores e trabalhadores do comércio, em particular), os quais teriam sido profundamente abalados pelas mudanças econômicas.

Especialmente a elite tradicional gomífera, com suas extensas famílias e seu poderio sustentado pelo sistema de aviamento, perderam prestígio político e econômico, cedendo espaço para os grandes comerciantes de castanha, exploradores de madeiras e pecuaristas do Marajó, preservando-se o sistema de aviamento, mas com outros personagens e não nas mesmas proporções da fase gomífera.

Já o setor terciário, predominantemente formado por sub-empregos, passou a receber a maior parte da população ativa e desempregada, sofrendo uma expansão negativa, por agregar grandes contingentes de egressos dos seringais e desempregados urbanos oriundos das inúmeras falências ocorridas no comércio local.

Sob esta ótica, os efeitos da crise foram sentidos de maneira bastante pontual nas duas principais capitais da Amazônia, Manaus e Belém. Portanto, seria coerente afirmar que a desestruturação do comércio extrativista da borracha afetou em diferentes níveis tanto as áreas sertanejas diretamente conectadas com os seringais nativos quanto as *urbes* amazônicas, especialmente entre 1912 e 1930, quando ainda se vivia a expectativa de redinamizar o comércio do látex.

Sem desconsiderar a relevância de tal produção historiográfica importa reconhecer paralelamente, que no cenário específico da capital paraense durante as décadas de 1920 e 1930, certos processos históricos se construíram a partir da lógica contraditória da prevalência/continuidade da modernidade sob o que se poderia chamar de 'escombros da economia gomífera'.

Desta feita, é possível afirmar que o aumento da densidade demográfica a partir do crescimento do mercado informal de trabalho e a diminuição de ofertas de emprego no setor formal-comercial, posteriores ao declínio do extrativismo do látex, implicaram tanto na rearticulação das lutas dos trabalhadores citadinos pela sobrevivência quanto, e principalmente, na construção de novas formas de ocupação do espaço urbano, as quais perpassaram por conflitos entre o 'novo' e o 'velho'; e pelo enfrentamento de tensões de viver num espaço múltiplo de territorialidades e pessoas.

Assim, a capital paraense passa a representar para todos que nela aportam um espaço de variadas possibilidades. *Lócus* que –pretensamente- oportuniza: trabalho e mais ganhos, a construção de novas relações de sociabilidade, a apreensão de novos hábitos

e modos de viver mais coletivos e cada vez mais públicos, além do acesso a produtos e formas de consumo antes pouco conhecidas daqueles que migraram para a urbe; ainda que sob as sombras dos discursos saudosistas da elite que queixava-se a crise econômica sinalizada pela perda da hegemonia no comércio de exportação extrativista.

“Belém. Civiliza-se. O “chá das cinco” no espelhado recinto da Confeitaria Central vae se tornando numa nota obrigatória de elegância e bom gosto à aristocracia da cidade.

Diariamente as nossas gentes compatriças ao avizinhar do crepúsculo correm ao elegante estabelecimento, para satisfazer o suavíssimo tributo da vaidade e da graça, enquanto os nossos elegantes e almofadinhas, lá estão firmes para os torneios mudos dos olhares, dos sorrisos e dos cumprimentos, às vezes, precursores de ‘flirts’ deliciosamente tentadores.”¹

Um celeiro de experiências que são construídas cotidianamente e a partir do diálogo entre diversos sujeitos históricos; os quais elaboravam suas formas de viver na cidade, mediados por suas condições de trabalho, gênero, renda e cultura. E como elemento comum a todos, a própria paisagem urbana com seus ícones e signos; que se pretendia sedutora, cosmopolita e moderna

21 OS SÍMBOLOS DE UM TEMPO ACELERADO: A ELETRICIDADE, OS BONDES E O AUTOMÓVEL

“Belém é uma cidade progressiva, Magestade. O mecanismo do progresso meteu o bedelho em tudo: escreve-se a machina, anda-se a machina, toca-se piano a electricidade, ouve-se Caruso e Tamagno por manivela, come-se no restaurante um bife com harmonia, baila-se ao som de discos simples e duplos, sobe-se por elevador, namora-se pelo telegrapho sem fio e por telefone, choca-se pintos em machinas, realizam-se profundas e abracadabantes prophecias de horóscopos e astrólogos, lavam-se chapeos de palha em dez minutos, vai-se de automóvel a casamento e a enterro, as duas ultimas tolices que se fazem nesta vida, consequências da primeira – ter nascido...Ouve-se falar inglêz, francêz, alemão, italiano, turco, chinês e syrio, como se estivéssemos na torre de Babel; á tarde; n’A Brazileira, principia a invasão dessa multidão elegante e frívola, iniciando um demorado ataque aos sorvetes, aos doces, às gulodices, trocando-se a todo o passo cumprimentos affáveis com as pessoas conhecidas, que se encontram naquele procurado e distinto *rende vouz*.”²

O bonde, o automóvel, a electricidade, o cinema e os teatros constituíram-se instrumentos das novas técnicas que marcaram as primeiras décadas do século XX, em várias capitais brasileiras, incluindo Belém do Pará.

1. Belém Nova. Ano IV. Nº 73. 30 de agosto de 1927. Relâmpagos.

2. SOLENNE, Agapito. *Entre o rapé e o paraty: sensacional entrevista sobre assuntos paraenses sérios e de atualidade*. Typografia de (sic), Belém, 1924. Capítulo V. A cidade de Belém. Pp. 49-50

Novas visualidades e formas de perceber e de sentir a cidade foram construídas, sinalizando a emergência de um *tempo* mais ritmado, sob a cadência dos turnos de trabalho das fábricas, da velocidade do trânsito, da rotação das fitas cinematográficas e da transitoriedade dos desejos de consumo. (Carneiro, 2011; Correa, 2010)

Pinto (2002) utiliza-se da expressão “os fluxos irresistíveis da modernidade” para discorrer a respeito da influência que a emergente realidade urbano-industrial paulistana exerceu sobre os demais estados brasileiros, não se podendo excluir o Pará.

Em Belém, a modernização assinalada nos anos de 1920 e 1930 dialogou com múltiplas linguagens, sonoridades e artefatos técnicos que passaram a fazer parte do *locus* citadino. Daí as intempéries da economia terem convivido lado a lado com a expansão da cidade e com a incorporação de elementos que reafirmavam as conquistas científicas do progresso urbano. (Padilha, 2001:106)

Para as camadas populares, o cotidiano de trabalho e a busca por meios de sobrevivência emergiram de forma complexa, abrigando em si mesmos sinais de um evidente cosmopolitismo e traços de uma urbanidade pautada em valores, práticas e manifestações próprias da cultura tradicional da região.

As relações que inúmeros segmentos de municípios estabeleceram com os valores, as tecnologias e os artefatos da vida moderna desnudam os impactos sofridos pelas formas mais tradicionais de vida e de trabalho da população local, bem como as resistências à assimilação de alguns desses elementos e usos no dia a dia dos habitantes de Belém.

“Na ocasião em que Manoel Saraiva de Lima, anteontem, às 10 e ½ horas da manhã, **esgalhava uma árvore de murucy, no quintal de sua residência à travessa Loma Valentina**, feriu-se com um golpe de terçado, no pé esquerdo, de que lhe veio abundando hemorragia. A vítima recolheu-se à Santa Casa.”³ (grifos nossos)

A paisagem citadina tornou-se o ambiente propício para as tensões e os enfrentamentos dos novos modelos de ser e existir na urbe, os quais perpassavam não somente pela apropriação das recentes tecnologias mecânicas e recursos do industrialismo moderno, mas também pelo abandono de certos costumes e hábitos há muito tempo vigentes na sociedade local.⁴

Mudanças no âmbito da vida doméstica pela introdução de novas fontes de energia, pelas emergentes criações de utensílios e objetos de comodidade, pelas alterações no fluxo de pessoas e de veículos que circulavam pelas cidades, pela crescente primazia dos conhecimentos científicos sobre aqueles produzidos por meio da transmissão oral, dentre outras questões, sobressaem nas fontes pesquisadas, levando-se a refletir acerca dos caminhos percorridos pela modernidade parauara nos anos 1920 e 1930.

3. Folha do Norte. 03 de julho de 1920. Fls. 02. Coluna 03. Feriu-se com um terçado.

4. “**Quando se achava a colher assahy na matta próxima ao acampamento da Pedreira**, sábado retrasado, foi vítima de uma queda o popular Lourenço Barbosa, residente a travessa 14 de Março, 8.” Folha do Norte. 22 de agosto de 1920. Fls. 06. Col. 01/02. Na polícia e nas ruas. *Cahiu do saahyseiro*.

Relatos a respeito de crimes envolvendo práticas de pajelança e de medicina popular, pautadas pelo uso de recursos das matas e rios abundantes que existiam na região, denunciam a existência de outros modos de se viver, que confrontavam o modelo de modernidade disciplinadora, científica e mecanizada, proposto pelos discursos oriundos dos poderes públicos e das camadas burguesas cidadinas.

“Numa barraca, na Travessa José Bonifácio, próximo ao Guamá, faleceu, ante-hontem, ao meio dia, Pulcheria Maria da Costa, paraense, preta, viúva, de 40 anos de idade, em consequência de uma beberagem que lhe fora ministrada por um indivíduo, seu vizinho.

Diante desse facto o médico verificador de óbitos determinou que fosse o cadáver removido para o necrotério, onde o dr. Renato Chaves procedeu a autópsia, enviando as vísceras para o laboratório de análises do estado, para o competente exame.

O enterramento da infeliz efetuou-se as expensas da família.

O cadáver apresentava os lábios queimados pelo efeito corrosivo da beberagem e, segundo nos informaram, o individuo que a preparara ao saber da morte da infeliz e querendo mostrar a sua inocência, tomou certa quantidade, ficando também com a boca e lábios seriamente queimados.”⁵

Por isso, em Belém, o surgimento de novidades técnicas e tecnológicas, como o cinematógrafo, o telefone e o rádio, não extinguiu do cotidiano de diversas famílias o hábito de manipular plantas, fazer unguentos e beberagens com vistas à cura de doenças e ao alívio de dores. Tampouco se deixou de encontrar áreas em que nuances de metropolização conviviam com elementos típicos de espaços agrários.

Na verdade, nas décadas de 1920 e 1930 ainda se podiam encontrar bairros onde as matas e reminiscências de florestas coexistiam com áreas descampadas e residenciais. Nesses territórios, o rural e o urbano se confundiam e se mesclavam nas formas pelas quais seus moradores procuravam extrair dos recursos naturais disponíveis alimento, trabalho e diversão.

É nessa paisagem ambivalente que novos ritmos de viver procuram se impor, sustentados pelo fascínio causado pelas novidades tecnológicas e hábitos de consumo de massa, pela descoberta de novas e potentes fontes de energia e pelo aprimoramento dos meios de locomoção e de transporte.

2.1 A eletricidade

A luz elétrica passou a fazer parte da paisagem belemita, ainda no final do século XIX (1896), mas foi a introdução dos bondes elétricos a partir de 15 de agosto de 1907, que ampliou sua importância, tornando-a elemento primordial da vida cotidiana paraense,

5. Folha do Norte. 19 de março de 1915, fls. 03. Col.03. As vítimas da pajelança.

especialmente no que se refere às elites econômicas da capital do Estado. (Lemos, 2007:96; Lima, 2008:10)

De fato, desde a aprovação da Lei Municipal nº391, em 1904, que autorizou a transferência dos contratos entre a *Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense* para o Sr. C.H Christopher Moller ou a firma por ele constituída em Londres, o predomínio do uso da eletricidade como fonte de energia em Belém estava assegurado, ainda que se mantivesse a opção pela iluminação à gas.

Conforme explicita Lemos (2007:145) essa concessão tinha a finalidade de explorar com o uso da eletricidade, os seguintes serviços: transporte de passageiros, cargas e mercadorias; iluminação pública com lâmpadas incandescentes ou de arco voltaico nas ruas, travessas, praças, passeios, jardins, cais, avenidas, edifícios municipais e estaduais, exceto naquelas vias públicas em que a intendência municipal determinasse o uso de outro sistema de iluminação ou iluminação privada, sem prejuízo de concessões anteriores e sem embaraços para a livre concorrência para o serviço das casas comerciais e particulares.

Por isso, nos anos trinta, a eletricidade já era constitutiva do dia a dia dos moradores de Belém, tanto na esfera dos espaços públicos quanto na dos privados. Era o fornecimento de energia elétrica para os diferentes territórios da cidade que assegurava a muitos munícipes, o acesso a uma série de serviços e recursos da modernidade, como por exemplo, o próprio transporte público, os circuitos de lazer noturno em cinemas e teatros, as emergentes possibilidades de consumo facilitadas pelos horários estendidos de funcionamento das lojas e das casas comerciais, além do contato com novos meios de comunicações e com novos utensílios domésticos, tais como geladeiras, máquinas de sorvete, ventiladores, ferros de passar.

“Estavamos no popularíssimo e elegante Largo da Pólvora, o ‘pivot’ do grande movimento citadino belenense. Fazia noite. Os focos elétricos derramavam, em todas as direções, a alegria de sua luz intensa. Pelos espaçosos passeios, uma multidão heteróclita, movimentava-se congestionando o trânsito.

Cortando os espaços, um vago ‘brouhaha’ de um borburinho. A avalanche parecia crescer em cada estante que passava.

O Olimpia, o Éden, o Palace, com as suas fachadas brilhantes de luz, despejavam na rua o som barulhento dos seus jazz bands.”⁶

A eletricidade foi incorporada rapidamente à paisagem urbana e quanto mais dependente da energia elétrica a cidade ficava, mais cresciam as reivindicações da população local pelo fornecimento regular daquele recurso.

“Reclamam - da Rua Cezário Alvim contra a escuridão reinante por falta de lâmpadas nos postes de iluminação. Dizem os moradores que não vêm um

6. Revista Fon Fon. Rio de Janeiro, 1938. Edição 38. O Largo da Pólvora.

palmo diante do nariz, quando sobe a noite, principalmente se é chuvosa, porque dão trombolhões e quedas a cada passo.

O fiscal de luz, segundo acrescentam os reclamantes, nunca por ali se perdeu e talvez acredite que não exista tal trecho urbano. Idêntica reclamação fazem os moradores da travessa D. Pedro, entre o Largo do Esquadrão e o Largo Santa Luzia.”⁷

Embora a distribuição de energia pela urbe fizesse parte do rol de serviços de caráter estatal, dava-se com fulcro em concessões cedidas pelos governos a empresas privadas, que visavam primordialmente obter lucros com seu fornecimento, independentemente dos interesses da população.

Historicamente, desde o século XIX, não só no Pará mas também no Amazonas, Acre e Amapá, os capitais estrangeiros de grandes conglomerados controlavam a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotos, luz e transportes coletivos, gerando descompassos entre os anseios dos moradores das cidades e as finalidades econômicas das concessionárias. Por isso, havia reclamações cotidianas nos jornais denunciando os problemas enfrentados com ruas escuras, falta de iluminação nos postes e falta de rede de iluminação em certos bairros e vias, dentre outros.

Na perspectiva dos munícipes, o fornecimento de eletricidade deveria se basear em critérios de equidade social e não de mercado. Portanto, impunha-se estar alheio a questões econômicas, não se subordinar ao poder aquisitivo dos diferentes segmentos de moradores ou às características geo sociais que diferenciavam os inúmeros bairros da cidade; critérios que não parecem ter sido respeitados pelas concessionárias do serviço.

Dos textos examinados, depreende-se que a questão do acesso ao consumo da eletricidade, especialmente por meio de ligações domiciliares e iluminação de ruas, gerava maior ou menor sensação de pertença ao *locus* de urbanidade da capital. Assim, não usufruir com regularidade e com qualidade dos serviços de eletrificação significava tornar-se uma espécie de munícipe de segunda categoria, alguém que vivia na cidade, mas que não estava sintonizado plenamente com a cultura urbana e com os benefícios proporcionados pela vida moderna.

Nesse tocante, os petítórios veiculados nos jornais da metrópole paraense representam mais que simples reclamações, constituindo-se textos que desnudam as impressões que alguns segmentos sociais nutriam acerca da forma como o poder público administrava as necessidades dos diferentes espaços e grupos de munícipes.

Sob este enfoque, se extrai das falas dos reclamantes que havia áreas preteridas pela administração municipal ou simplesmente que eram menos valorizadas e pouco atendidas pelas empresas concessionárias dos serviços públicos; certos territórios que, embora geograficamente fizessem parte do nicho urbano, não recebiam a mesma atenção que os outros espaços da cidade.

7. Folha do Norte. 09 de fevereiro de 1920. Fls. 03. Reclamam.

Do teor das denúncias, tem-se que nos bairros mais centralizados e próximos do circuito financeiro-cultural tradicional da capital paraouara, como por exemplo, Nazaré, Cidade Velha, Batista Campos, Reduto e Comércio, havia melhor provimento de serviços urbanos básicos, especialmente se tratando de energia elétrica, rede de esgotos, asfaltamento e coleta de lixo. Outros perímetros pertencentes a bairros como o Umarizal, Telégrafo-sem-fio, Cremação, Jurunas, Guamá e Pedreira, dentre outros, eram constantemente citados nas reclamações, possibilitando refletir-se sobre as dificuldades enfrentadas cotidianamente por seus moradores, no afã de usufruir de algumas facilidades de se viver em uma cidade considerada moderna e desenvolvida.

“Moradores da Avenida Francisco Monteiro (Canudos) solicitam por nosso intermédio, a atenção do sr. Prefeito municipal, para o estado lastimável em que se encontra o ponto final da junção da travessa Curuzú com aquela avenida, onde o mato esta crescendo assustadoramente, na iminência de invadir as habitações circunvizinhas e tornar intransitável aquele trecho.”⁸

Importa assim questionar como se construía essa diferenciação geo espacial da oferta de energia elétrica e de outros serviços públicos pela cidade. Se derivava da aplicação de critérios exclusivamente econômicos por parte das empresas concessionárias, a partir dos quais avaliava-se a capacidade de consumo de um determinado grupo de pessoas; e até que ponto a composição demográfica-social dos moradores dos diferentes bairros da urbe interferia na estruturação da rede de distribuição domiciliária de eletricidade.

Nessa perspectiva, talvez o potencial de retorno de investimentos fosse maior em bairros com menor densidade demográfica, porém com maior circulação de capitais e de pessoas, justificando-se assim certa preferência pelos distritos mais comerciais, onde se localizavam lojas e fábricas; bem como pelas zonas citadinas que faziam parte dos itinerários de sociabilidade burguesa, nos quais havia significativa presença de bares, cinemas, casas de espetáculo e hotéis, que proporcionavam intenso fluxo de munícipes, ainda em que horários determinados e, por conseguinte, maior consumo de eletricidade.

Outro aspecto relevante acerca da incorporação da eletricidade ao cotidiano de vida e de trabalho dos munícipes belemitas (especialmente os mais pobres) se refere ao fato que a mesma veio acompanhada de várias situações que destoavam dos discursos ufanistas de modernidade, recorrentes em outras regiões do Brasil.

Daí que, além da irregularidade do serviço de fornecimento, acidentes envolvendo choques elétricos e quedas de fiação, queimas de maquinários nas fábricas, interrupções de fornecimento que geravam atrasos de bondes, dentre outras situações, tornaram-se fatos quase rotineiros do processo de assimilação da eletricidade à vida urbana paraouara.

Portanto, ao mesmo tempo em que podia fascinar e possibilitar novas experimentações da vida citadina, a eletricidade também podia ocasionar enormes prejuízos, principalmente se considerarmos que sua manipulação exigia uma série de conhecimentos técnicos e cuidados que não eram dominados pela maioria da população.

8. Folha do Norte. 10 de janeiro de 1939. Pág. 02. O povo reclama.

“Um homem fulminado por um fio elétrico- a morte do infeliz

Hontem, cerca de 7 horas e ½ da noite, **quando o horteleiro Justino do Espirito Santo Lopes, residente à rua dos Tymbiras, nº03, concertava um fio da iluminação elétrica que não dava luz a sua residência, foi victima de um formidável choque, que o prostrou mortalmente ao solo.**

A morte do infeliz horteleiro foi instantânea não lhe valendo o imediato socorro que lhe prestou seu sobrinho de nome Bernardino Gomes da Silva, o qual fora atraído pelos gritos dos filhos da victima.

A polícia teve conhecimento do facto, tendo comparecido ao local do mesmo, o sub-Prefeito José Ferreira de Souza, que em companhia do dr. Hermogenes Pinheiro, médico legista e do escrivão Philemon Assunção, procedeu ao levantamento do cadáver. (...)

O enterro do infeliz horteleiro, que será feito as expensas da família, realiza-se hoje, pela manhã.”⁹ (grifo nosso)

O risco de mortes por causa de choques elétricos era constante, apesar de não impedir que os municípios tentassem vários meios para garantir que a luz chegasse às suas casas, trazendo mais comodidade aos seus domicílios e maior segurança contra larápios, principalmente no período noturno, como no caso ilustrado acima.

Por isso, é possível se compreenderem as razões que impeliram o horteleiro Justino Lopes tentar ‘concertar’ a fiação elétrica que vinha do poste em frente a sua casa; afinal era noite e caso não conseguisse resolver o problema teria que se utilizar de outras fontes para iluminar a casa, como por exemplo, candeieiros a querosene ou velas, utensílios que normalmente provocavam incêndios e intoxicações.

Outrossim, a eletricidade passou a ser tratada não só como fator de comodidade, mas como bem necessário que viabilizava o acesso a outros recursos da vida moderna. Ter eletricidade em casa valorizava o imóvel, possibilitava a utilização de diversos utensílios - se o residente tivesse poder aquisitivo para isso-, além de trazer em inúmeros casos, maior segurança ao local de habitação.¹⁰

Aluga-se. “Uma casa moderna toda encerada, com optimas acomodações para familia de tratamento. Sala de banho completa, **luz**, gaz, agua e telefone ligados. Gentil Bittencourt, 37, entre Padre Prudencio e av. Serzedello Correa. Chaves no número 33.” (grifos nosso)

Nesse sentido, são corriqueiras as situações que exemplificam as formas como as camadas de trabalhadores pobres urbanos estiveram expostas a essa dicotomia da modernidade. Ou seja, se por um lado foram apresentadas as benesses da presença da luz

9. Folha do Norte. 10 de agosto de 1920. Fls. 04. Na polícia e nas ruas.

10. Folha do Norte. 08 de Janeiro de 1939. Pg 2.

elétrica na cidade, por outro lado se viram, na maioria das vezes, alijadas de usufruir desse recurso de modo ostensivo, quer fosse porque suas ruas não eram abastecidas pela rede de iluminação ou porque não possuíam condições pecuniárias para garantir a compra dos utensílios e/ou ferramentas modernas movidas por esse tipo de energia.

2.2 Bondes elétricos e automóveis transformam a paisagem da urbes

“Um cidadão muito farrista mas casado, procurava por meios e modos enganar a consorte que ficava em casa. Tudo era pretexto para ele se demorar na rua. (...)

Quando foi decretada a lotação para os bonds o nosso amigo ficou radiante. Chegou em casa depois da meia noite, de volta da Repartição para o jantar. Tinha feito uma farra do outro mundo.

Mas isso são horas, Gervásio? Perguntou-lhe a metade com uma cara de front em dia de bombardeio.

E Gervásio encolhido...

Ai filha. Os bonds...são umas pragas...todos cheios...tu sabes a lotação... esperei que viesse um bond vasio, até agora...E assim mesmo vim no cara dura.(...)”¹¹

A introdução dos bondes elétricos na Amazônia surgiu vinculada a outros implementos de infra-estrutura urbana, na virada do século XIX para o XX, justificando-se em função da necessidade de promover o crescimento das cidades da região, especialmente durante o processo de comercialização da borracha no mercado internacional, que criou grandes receitas para os poderes públicos locais e carregou recursos para a modernização de capitais como Manaus e Belém. (SARGES: 2002)

Inicialmente os serviços haviam compreendido os carros de tração animal, sendo estes substituídos pelos vagões elétricos a partir de 1907, em razão da necessidade de transportar mais pessoas e percorrer maiores distâncias em menor tempo.

Como signo do progresso que chegava à cidade, o bonde fascinava pela possibilidade de encurtar as distâncias geográficas e proporcionar outro olhar sobre a paisagem cidadina - bem mais acelerado e amplo. Nesse sentido, andar de bonde transcendia a simples vivência do deslocamento pelo espaço, tornando-se uma experiência eminentemente cultural, ao fomentar o contato diário com um número cada vez maior de pessoas, com as quais se poderiam estabelecer novas conexões, construindo-se teias de relações ainda mais complexas na urbe.

Ao transitar de bonde pela cidade, o munícipe se expunha aos olhares alheios, ao contato físico (pelo toque involuntário) com estranhos, ao respiro de odores não familiares,

11. A Semana. Anno XIV, nº 735. 21 de janeiro de 1933. Levi...andades.

à audição inevitável de conversas e sonoridades exógenas; enfim, à experimentação de situações do cotidiano da cidade que não havia escolhido ver, ouvir ou sentir. Nessa perspectiva, o bonde excedia a condição de artefato de tráfego, revelando-se como objeto icônico que remetia à consolidação de uma representação da Amazônia, como sendo uma região moderna e desenvolvida.

Como espaço social, o bonde apresentava variadas funções na dinâmica de vida dos habitantes de Belém, podendo se tornar lugar propício para a prática do *flirt* ou namoro, para fazer amizades, para se trabalhar e até para se cometerem pequenos delitos. Ou seja, ao compartilhar os espaços citadinos com pedestres, carroças, automóveis e outros instrumentos de locomoção, os bondes se impunham na paisagem belemita, tanto pela dimensão física que apresentavam quanto pelos impactos que causavam nas sensibilidades espaço-temporais dos munícipes.

Observe-se que serviço de bondes envolvia uma multidão de pessoas que precisavam trabalhar dioturnamente para que a cidade estivesse regularmente abastecida por esse meio de transporte. Nos processos por acidente de trabalho, autos criminais de ferimentos por imprudência e notícias de atropelamento pôde-se mapear algumas das profissões diretamente vinculadas aos transportes coletivos, quais fossem: condutor, motorneiro, cobrador, engraxador de vias, caldeireiro, mecânico, revisor, manobrista, dentre outras funções.

Para esses sujeitos, o serviço de bondes lhes propiciava renda e acesso a uma modalidade de trabalho formal, cuja demanda por profissionais era constante e possibilitava articular algumas reivindicações que não eram comuns à maioria dos trabalhadores belemitas.

Ainda que subordinados a extensas jornadas de trabalho ou punidos constantemente com multas por atrasos nas corridas, os funcionários do serviço de bondes forjaram sua identidade como munícipes de Belém, a partir da posição que ocupavam como trabalhadores da cidade, responsáveis pela prestação de um serviço de interesse público e muito relevante para a vida cidadina.

O fragmento de uma notícia veiculada em 02 de maio de 1930, a respeito da greve deflagrada pelo pessoal de tráfego da *Pará Electric Railways & Cia* dá conta da dimensão dos problemas enfrentados por esses indivíduos, no exercício de seu trabalho, e o impacto que tais questões exerciam sobre os modos como experimentavam a vida na capital:

“Temos razão de sobra para este movimento ou outros de caráter violento, que este absolutamente não tem nem lhe queremos dar. Os insultos que recebemos diariamente já vão sem conta; os carros em que trabalhamos estão estragadíssimos, o que nos expõe diariamente a uma desgraça, ameaçando a vida dos transeuntes e abrindo-nos as portas de São José, como criminosos sem quereremos: somos obrigados a entregar após o serviço, uma renda diária, superior a importância estipulada pela gerência da companhia. (...)”

Como vê a Folha não são descabidos os motivos da nossa greve, que temos a certeza de ser olhada com *sympathia* pelo povo, que também, isto não se pode negar é muito mal ser vido.”¹²

Sem nos aprofundar nos aspectos relacionados às formas de organização dos trabalhadores brasileiros, nas décadas de 1920 e 1940, deve-se reconhecer que assim como outros grupos do período, os funcionários da *companhia de bonde* tinham a percepção clara da importância de sua atividade para o andamento da vida cidadina e do que precisavam fazer para que esse trabalho fosse reconhecido pelos patrões e pelo poder público, obtendo a retribuição financeira e moral que julgavam ser justa.

De fato, diferentemente de muitos sujeitos ligados ao mercado informal, os empregados da *Pará Electric Railways* executavam um trabalho especializado e arriscado, o qual exigia certos conhecimentos e preparo para lidar com o maquinário dos carros-vagões e a eletricidade da rede de fios condutores; assumindo assim o risco de sofrer acidentes que inúmeras vezes, causavam lesões físicas permanentes ou até a morte.

Não obstante, o serviço de transportes gerava outra rede secundária de ocupações que se organizavam com base no tráfego e no fluxo desses veículos. Desse modo, engraxates, jornaleiros, vendedores dos mais diversos objetos e quitutes, pedintes e carregadores tinham no transporte por bondes uma boa fonte de renda e de trabalho.

Nos vagões podiam se vender os mais diversos produtos, desde jornais e revistas até doces, flores e bilhetes de loteria. Os bondes possibilitavam a esses trabalhadores informais alcançar em um mesmo espaço, um número considerável de pessoas, as quais no curso de suas viagens poderiam ficar enfadadas com a paisagem, cansadas com o tempo decorrido, com fome ou com sede, tornando-se consumidores potenciais das bugigangas e novidades que diariamente circulavam pelas ruas.

Por outro lado, engraxates e carregadores se espalhavam nas imediações das principais estações e pontos de parada, à procura de clientes e serviços. Nesses espaços, homens desempregados ou moleques de entrega podiam oferecer seus préstimos a senhoras que voltavam cheias de sacolas das lojas, mercados e feiras da cidade; engraxates podiam polir os sapatos dos trabalhadores do comércio ou dos jovens *almofadinhas*, que se utilizavam dos vagões, para flertar com as operárias das fábricas situadas no bairro do Reduto e/ou simplesmente, flunar pela urbe.

Havia ainda, os jornaleiros que conforme se viu acima, faziam dos vagões dos bondes, locais para o pregão das publicações que vendiam, gerando incômodos em alguns usuários dos transportes coletivos, sem mencionar as contendas e brigas em que se envolviam nas proximidades das estações e paradas.

Os bondes também oportunizavam a circulação de um grande número de pessoas de variados extratos sociais pela cidade; e apesar da *The Light & Co* oferecer mais de um modelo de vagão, visando a suprir as diferenças sociais existentes entre seus usuários, na

12. Folha do Norte, 02 de maio de 1930. Fls, 02. Movimento Paredista do pessoal do tráfego da Pará-eletric.

prática, andar de bonde em Belém, nos meados da década de 1920 e 1930, se constituía um desafio à superlotação e uma interessante experiência social.

“Dois quarteirões. O bonde só não leva mais gente porque a aglomeração na plataforma e no estribo impede a subida de novos passageiros. O condutor súa, e cobra sem vontade a passagem do pessoal. Eu vou sentado no penúltimo banco, e posso apreciar gostosamente a maior parte dos passageiros. Lá na frente, um velho de óculos dana-se porque o vento não lhe permite virar a página do jornal. Aquela senhora parece ser muito boa pessoa, mas pela sugeira acumulada na sua respectiva nuca, garanto que a há quinze dias, pelo menos, não sabe o que é um banho. Em pé, viajam alguns sujeitos que tanto podem ser bacharéis, como malandros de subúrbio. (Definições: bacharéis são bacharéis mesmo; malandros do subúrbio segundo os granfinos, são os operários). Os sujeitos, porém, não prendem tanto a minha atenção. Mas estas duas mocinhas, bem aqui, sim. Viajam em pé, apesar de haverem vários cavalheiros aparentemente bem educados, que poderiam oferecer seus lugares. As mocinhas são bem bonitas e eu adoro as mulheres. (Deus queira que a Jeny não leia esta crônica). Porém, não é nada conveniente um rapaz como eu, trocar comodidade por mal-estar. Demais a mais estimo os calos que enfeitam meus pés. As moças também podem ter calos, mas que hei de fazer?...Olho, sem maldade, as pernas delas. Convenço-me então, definitivamente, de que as mocinhas podem muito bem viajar em pé. Oh! As mocinhas....”¹³

Assim, além das brigas que se forjavam no interior dos coletivos, pode-se verificar a ocorrência de encontros entre munícipes de diferentes origens sociais, jovens e idosos, estudantes, operários e almofadinhas, mocinhas e mulheres, gerando-se inusitadas situações, como aproximações físicas e até *flirts*, namoros ou outras experiências afetivas, que tornavam esse meio de transporte um espaço socialmente relevante na dinâmica cidadina.

Chama a atenção, nesse contexto, a presença de mulheres das camadas populares, operárias, trabalhadoras pobres, vendedoras e costureiras, que se envolviam tanto com homens de mesma condição social quanto com os chamados “almofadinhas”, rapazes oriundos dos segmentos mais refinados da urbe, filhos de comerciantes, profissionais liberais e estudantes que tinham por prática utilizar-se dos transportes públicos como espaço de diversão e conquista.

“A Rozinha ‘princesa rouge’ da fábrica de cordas, brigava em uma tarde destas, com o namorado em um bonde Circular, por este ter pago a passagem da sua rival, empregada da mesma fábrica.(...)”¹⁴

Portanto, pode-se afirmar que os bondes belemitas extrapolaram sua função primária, tornando-se territórios sociais, no interior dos quais foram articuladas práticas de vida e trabalho, definidas certas regras de convivência e entretecidos determinados comportamentos sociais.

13. Terra Imatura. Ano I. Nº 05. Belém. Outubro. 1938. Conversa Fiada.

14. A Pirralha. Belém, domingo, 04 de maio de 1930.

Isto porque o avanço da ciência dos transportes, materializado pela implantação de serviços regulares de trens e bondes na cidade, bem como a incorporação progressiva desses meios de locomoção ao cotidiano dos munícipes, possibilitou que paulatinamente o estranhamento inicial com a nova tecnologia fosse substituído pela familiaridade na sua utilização diária e pela construção de novas sensibilidades em relação ao artefato.

Os automóveis, assim como os bondes, contribuíram para as mudanças que se processaram na paisagem citadina ao longo das décadas de 1920 e 1930. Nessa perspectiva, a circulação crescente de automóveis pela urbe mudou a concepção do uso das ruas e das vias públicas, as quais deixaram de ser espaços exclusivos para tráfego de pessoas e se tornaram também trilhas privilegiadas para o transporte de cargas e bens.

Diferentemente do que ocorria com os bondes, o automóvel destinava-se ao transporte de um número bem reduzido de passageiros, os quais geralmente se conheciam por terem vínculos específicos entre si, que poderiam ser de parentesco, amizade ou trabalho. Paralelamente, não era somente um meio de transporte, mas um bem social e patrimonial que trazia certo status para aqueles que podiam utilizá-lo.

“Desciam, hontem, pela manhã, em seu automóvel, o Dr. Chaves Netto, conhecido advogado em nosso fôro, quando ao chegar o veículo em frente à vacaria Camaleão, à avenida da Independência, se chocou violentamente com o auto nº165, guiado pelo chauffeur João Pereira Valente, que levava o carro em grande velocidade.

Resultou o carro do Dr. Chaves ficar seriamente avariado.

Foi então o imprudente chauffeur conduzido para a polícia, aonde o aludido advogado apresentou queixa sobre o caso.

O chauffeur ficou detido a ordem do 1º Prefeito.”¹⁵

Percebe-se que andavam de automóvel principalmente aqueles que pertenciam às camadas mais abastadas da urbe, homens e mulheres de famílias conhecidas e de condição econômica remediada, que possuíam condições financeiras de arcar com o custo da compra do veículo ou do aluguel dos carros de passeio.

Associados ao avanço tecnológico e ao conforto proporcionado pela vida moderna, os automóveis progressivamente tomaram conta da paisagem das ruas belemitas, disputando espaço com bondes, pessoas e carroças, o que também gerava conflitos e tensões cotidianas.

Desastres desencadeados pelo excesso de velocidade empregada pelos chauffeurs em relação à pouca agilidade dos pedestres para atravessar ruas ou perceber a aproximação dos veículos, somavam-se a acidentes provocados pela falta de atenção dos transeuntes, pela lentidão de idosos ou bêbados, que perambulavam pelas vias públicas, além dos

15. Folha do Norte. 01 de maio de 1930. Fls. 04. Colisão de autos – continuam as disparadas.

casos motivados pelo pouco conhecimento que os chauffeurs possuíam dos aspectos mecânicos do artefato.

“Mais um lamentável desastre, devido a imperícia e imprudência de um chauffeur, temos hoje a registrar. As 10 horas e 20 minutos da noite de ontem, o sr. Manoel Vianna, empregado do River Plate Bank, viajava num bonde da linha do Souza, em direção ao Sport Club, apeando-se no ponto de parada que fica em frente aquela sociedade. Ao atravessar a avenida Nazaré para entrar no *sport*, foi aquele moço apanhado inopinadamente por um automóvel, que em vertiginosa carreira, seguia da Praça da República para o Largo de São Braz. Atirando-o violentamente ao solo, o auto passou por cima do corpo da vítima, ao tempo em que o chauffeur, percebendo o desastre que causara, imprimiu maior força ao veículo, de modo que foi impossível reconhecê-lo. O sr. Vianna, sem sentidos, foi socorrido por vários amigos seus que se achavam no Sport Club, entre eles os srs. José Maria Macdowell, Guilher La Rocque e Henrique Dumont, os quais trataram de conduzir a vítima para a Pharmacia Moderna, que demora perto do local do desastre, onde lhe foram prestados os primeiros curativos.(...)”¹⁶

Participe de um ilustre círculo de amizades, devidamente listadas pela reportagem que noticiou o seu atropelamento, o Sr. Manoel Vianna, ao que tudo indica, foi apanhado por um automóvel em razão de dois aspectos, a saber: primeiramente porque saltou do bonde e não percebeu a aproximação do veículo; e em segundo lugar, porque o próprio automóvel estava sendo conduzido em alta velocidade, prática comum entre os *chauffeurs* de Belém e que representava perigo constante para os transeuntes não acostumados com essas novas temporalidades da vida urbana.¹⁷

A velocidade do deslocamento dos automóveis (mais leves e com maior aceleração do que os bondes), a ousadia de seus condutores (que não costumavam parar e prestar socorro a eventuais vítimas de atropelamentos) e a aparente banalização dos acidentes no cotidiano da cidade parecem ter assustado os articulistas dos jornais belemitas, indiciando que talvez as relações entre pedestres e automóveis tenham se instituído, por um certo período, a partir de sentimentos de medo e vulnerabilidade.

Sob outro ângulo de análise, essa relação tensa e conflituosa estabelecida entre carros e transeuntes expõe a própria ruptura com o modo de vida citadino que existia antes da introdução dos carros e dos bondes, em que os ritmos e os tempos da cidade correspondiam às temporalidades sensoriais dos seus habitantes, respeitando-se as sensibilizações do espaço e do movimento de trânsito humano pela urbe.

Com a difusão do uso do automóvel como meio de locomoção na cidade, as pessoas passam a ter suas formas de circulação pela urbe ditadas pelos tempos das máquinas e não mais pelos ritmos individuais e pessoais de movimentação. E nesse processo, muitos trabalhadores urbanos que faziam das ruas seus espaços de trabalho e de sociabilidade

16. Folha do Norte. 24 de fevereiro de 1915. Fls. 02. As Vítimas dos automóveis. Um empregado do River Plate Bank apanhado por um auto. O chauffeur põe-se em fuga. O estado da victima.

17. Folha do Norte. 26 de março de 1915. Fls. 03. Os automóveis da Napier. Celebram-se. O auto 28 vai sobre uma carrocinha, parte-lhe dez garrações de cachaça e pouco depois atropela uma senhora.

sentiram o impacto dessas mudanças, na medida em que se viram obrigados a mudar a forma de se comportar e de se deslocar pelas vias públicas.

Pedro Lopes da Silva, residente á rua Domingos Marreiros, n.140, queixou-se a polícia contra o Chauffeur do automóvel n.190P, por ter colidido este seu vehiculo com um carrinho de vísceras, de propriedade do queixoso, avariando-o, bem assim uma balança que o mesmo conduzia. O facto ocorreu á travessa 22 de Junho.¹⁸

Assim, passam a ter que se preocupar em andar exclusivamente pelas calçadas, evitando o meio fio das ruas, a se deslocar rápido e com atenção no movimento do trânsito de veículos, e a ter cuidado com utensílios, ferramentas e outros instrumentos de trabalho, que tornavam-se alvos corriqueiros dos desastres envolvendo automóveis.

Essa nova dinâmica urbana, pautada no movimento e no deslocamento contínuo de pessoas, imagens e objetos, aliada à introdução de outras novidades tecnológicas no cenário citadino, impôs a articulação de novas posturas e comportamentos frente às transformações que se processavam.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento de alguns aspectos que influíram nas formas de ocupação e de uso dos espaços citadinos belemitas, entre 1915 e 1940, possibilitou a reflexão sobre as significativas contradições econômicas, culturais e sociais que permearam a história da capital paraense no período referido.

Oscilante entre os discursos melancólicos que denunciavam os efeitos dos reveses econômicos sobre a urbe (evocando seu passado faustoso) e a presença de uma cotidianidade cosmopolita, sustentada pela assimilação de hábitos, de valores e de bens de consumo ditos modernos, Belém atravessou décadas de agitação, durante as quais a riqueza coexistiu com sinais de extrema pobreza e o luxuoso consumo de artefatos de modernidade sustentou-se, apesar das altas taxas de desemprego e da diminuição do poder de compra dos segmentos de trabalhadores urbanos.

Nesse contexto, homens, mulheres e crianças pertencentes às camadas empobrecidas urdiram modos de viver e de sobreviver na cidade, nem sempre fundamentados nos padrões de civilidade e de urbanidade propagados pelos segmentos mais endinheirados e letrados da capital.

As principais expressões do avanço da modernidade sobre os espaços urbanos amazônidas puderam ser sentidas pela introdução de artefatos técnicos e tecnológicos que impactaram as formas como os munícipes se relacionavam com a cidade e, também, entre si mesmos.

18. Folha do Norte. 07 de janeiro de 1939. Queixou-se contra o “Chauffeur”.

A cultura de massa propagandeada pelo cinema e circulante nos teatros, as transformações dos transportes públicos trazidas pelos bondes elétricos e automóveis, além das emergentes formas de geração de energia consubstanciadas pela iluminação elétrica indicam que a par dos discursos melancólicos da elite econômica, a capital do Pará assistiu a continuidade dos projetos de modernização urbana e social.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Eva Dayana Felix. *Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos 1920*. Belém: UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado.

CORREA, Angela Tereza de Oliveira. *História, Cultura e Música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado em História.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1974

LEMOS, Chelen Fisher. *O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações entre estado, capital e território (1890-1990)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007. Tese de Doutorado.

LIMA, Alexandre Martins de. *Pelos Trilhos dos Tramways: Modernidade e Urbanidade em Belém do Pará de 1869 à 1947*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO. NAEA.UFPA, 2008.

PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

PANTOJA, Leticia Souto. *“Au jour, le jour: cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910)*. Dissertação de Mestrado, PUC, SP, 2005.

PENTEADO, Antonio Rocha. *BELÉM – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968. Coleção Amazônica. 2º volume.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Encantos e dissonâncias da modernidade: urbanização, cinema e literatura em São Paulo-1920 a 1930*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Tese de Livre Docência. 2002.

PINHEIRO, Andréa. LIMA, José Julio. SÁ, Maria Elvira de. PARACAMPO, Maria Vitória. *A questão habitacional na região metropolitana de Belém*. In: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Capítulo 5. & SUDAM. DNOS. Governo do Estado do Pará. Monografias das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 1968.

ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época*. Belém: Amazônia Ed. Culturais, 1973

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2. ed. Belém: Pakatatu, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade. Na história e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Araguaia 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57

Astronomia 99, 100, 101, 102, 103, 105, 214, 215, 216, 217, 218, 219

C

Cinema 28, 106, 119, 133, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 229

Comércio 116, 117, 118, 119, 124, 128, 162, 163, 205, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 247, 282

Conservadores 171, 172, 173, 177, 178, 179, 285, 296

D

Democracia 13, 15, 18, 19, 22, 31, 85, 284, 286, 293, 297

Dialética Cultural 183, 189, 190, 191

Ditadura 31, 51, 55, 57, 82, 83, 84, 85, 204, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297

E

Escolas de Samba 284, 286, 287, 290, 291, 293, 297, 298

Estado Transitório 268, 271, 275

F

Família 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 49, 54, 55, 108, 121, 125, 144, 162, 184, 195, 198, 202, 217, 218, 245, 247, 250, 251, 302

Ferrovia 33

H

História Cultural 86, 87, 88, 90, 91, 98, 108, 109, 113, 114, 145, 299

História Pública 203, 204, 206, 207, 210, 212, 213

I

Identidade 1, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 22, 25, 26, 29, 30, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 111, 112, 115, 127, 135, 138, 139, 141, 143, 158, 171, 177, 203, 205, 224, 226, 254, 256, 267, 278, 298

Imigrantes Japoneses 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252

Indígena Brasileiro 214, 217

M

Memória 44, 114, 115, 149, 150, 156, 158, 203, 243, 254

Memória Aikewara 44

Modernistas 171, 173, 179

Morada Nordestina 58, 66

N

Nacionalismo 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 291

O

Organização Curricular 255, 256, 261, 262

P

Pós-Modernidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 114, 224

Pós-Neoclássico 268, 271, 275

R

Representação 6, 28, 76, 88, 91, 95, 96, 98, 108, 112, 127, 135, 156, 157, 184, 187, 195, 238, 293

Roger Chartier 86, 87, 88, 90, 91, 97, 98


S

Sociedade Capitalista 13, 14, 15, 21

Sol Nascente 243, 254

T

Teoria Marxiana 13



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora


Ano 2020

Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020